

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.702 - MG (2019/0296326-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ERICK LUIZ SANTOS MOREIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ERICK LUIZ SANTOS MOREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, em 4/7/2019, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e no art. 16 da Lei n. 10.826/2003. A segregação foi, posteriormente, convertida em preventiva (e-STJ fls. 28/30).

Segundo consta do acórdão impugnado, foram apreendidos, no caso, "13 (treze) porções de substância semelhante a *crack*, 275 (duzentos e setenta e cinco) pinos de substância semelhante a cocaína, 01 (um) revólver calibre 38, 01 (um) revólver calibre 32, 02 (duas) munições de calibre 44 e 01 (uma) submetralhadora de fabricação artesanal" (e-STJ fl. 79).

A ordem, na origem, foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 74):

HABEAS CORPUS – PRISÃO PREVENTIVA – PACIENTE PRIMÁRIO – ORDEM PÚBLICA – EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS CONCRETOS DE RISCO À PAZ SOCIAL – IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES - A prisão preventiva somente terá lugar quando estiver orientada, única e exclusivamente à salvaguarda dos interesses da jurisdição criminal, isto é, à proteção do eficaz exercício do poder punitivo estatal, quando este estiver ameaçado pelo estado de liberdade do cidadão (*periculum libertatis*), aliado à presença do *fumus comissi delicti*.

- Entende-se por garantia da ordem pública o risco considerável de reiteração de ações delituosas por parte do agente caso permaneça em liberdade, guardando relação com sua periculosidade.

- O fato de o agente ser tecnicamente primário não impede que, constatadas circunstâncias que demonstrem a possibilidade de reiteração delituosa, seja decretada sua prisão preventiva com

Superior Tribunal de Justiça

fundamento na garantia da ordem pública.

- Ordem denegada.

Alega a defesa ausência de fundamentação idônea a embasar a segregação preventiva, ressaltando as características pessoais favoráveis do recorrente. Aduz, ainda, que a cautelar se mostra mais gravosa ante eventual pena a ser aplicada.

Requer, liminarmente e no mérito, a soltura do paciente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os argumentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau informações atualizadas sobre o feito objeto do presente recurso, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada acerca de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

